RECURSOS VOLUNTÁRIOS Nº: 266/2006.
AUTOS DE INFRAÇÃO Nº: 31274.
RECORRENTE: SERVI SAN VIGILÂNCIA E TRANP. VALORES LTDA
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RELATOR: CONSELHEIRO ORLANDO BARBOSA PAZ FILHO

ACÓRDÃO Nº: 093/2008.

EMENTA: ICMS. OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA. LEGALIDADE DA EXIGÊNCIA. COMPROVANTES DE RECOLHIMENTO. IDONEIDADE. DIFERENÇA REMANESCENTE. DECISÃO UNÂNIME.

1. Por força do Art. 155, §2º, VII e VIII da Constituição Federal de 1988, e por simetria o art. 23, §2 da Lei estadual 4.257/89, o cálculo do imposto de uma mercadoria destinada ao consumo ou ativo imobilizado de uma empresa deve ser calculado por uma diferença de alíquota entre a alíquota interna do Estado destinatário e a alíquota interestadual.
2. A recorrente autou fotocópias de Documentos de Arrecadação – DAR´s, os quais comprovam que pagou integralmente o diferencial de alíquota das notas fiscais 361, 837, 1085, 15755, 62592, 62593, 63349, 1608, 78314 e recolheu parcialmente em relação as notas fiscais 28159 e 28216, já que remanesce a importância de R\$ 283,15 (Duzentos e oitenta e três reais e quinze centavos).
3. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO PARA REFORMAR A DECISÃO RECORRIDA E CONSIDERAR O AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE EM PARTE COM ICMS ORIGINAL DE R\$ 3.079,18 (Três mil e setenta e nove reais e dezoito centavos).

Sala das Sessões do Conselho de Contribuintes do Estado, em Teresina, 29 de maio de 2008.

Getúlio Cavalcante - Conselheiro-Presidente
Orlando Barbosa Paz Filho - Conselheiro-Relator
Emmanuel Pacheco Lopes - Conselheiro
Miguel Barradas Sobrinho - Conselheiro
Flávio Coelho de Albuquerque - Procurador do Estado

RECURSO VOLUNTÁRIO Nº: 053/2006
AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 42320.
RECORRENTE: ARMELO COME REPLTDA
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RELATOR: CONSELHEIRO ORLANDO BARBOSA PAZ FILHO

ACÓRDÃO Nº: 094/2008.

EMENTA: ICMS. OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. LEVANTAMENTO FINANCEIRO SIMPLIFICADO. ERRO FORMAL DO AUTO DE INFRAÇÃO. NULIDADE. DECISÃO UNÂNIME

1. Vício formal, pelo fato do Auto de Infração, ter informado o CAGEP 19.453.702-1 e CNPJ 06.205.067/0001-49, ao passo que os dados constantes do Cadastro da SEFAZ – PI informam o CNPJ 63.342.778/0001-07 e CAGEP 19.452.263-6.
2. Aplicação das disposições do art. 112, II do CTN e do art. 65, II da Lei 4.257/89, em que pese interpretar-se da maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvidas quanto às circunstâncias materiais do fato, como também à extensão dos seus efeitos.
3. A Fazenda Pública poderá, no lapso de 5 anos, autuar novamente a recorrente nos mesmos valores.
4. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO PARA REFORMAR A DECISÃO RECORRIDA E CONSIDERAR O AINULO, POR VÍCIO FORMAL, NOS TERMOS DO ART. 173, II DO CTN.

Sala das Sessões do Conselho de Contribuintes do Estado, em Teresina, 29 de maio de 2008.

Getúlio Cavalcante - Conselheiro-Presidente
Orlando Barbosa Paz Filho - Conselheiro-Relator
Emanuel Pacheco Lopes - Conselheiro
Miguel Barradas Sobrinho - Conselheiro
Flávio Coelho de Albuquerque - Procurador do Estado

OF. 642

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - CODEN

TERMO DE REVISÃO Nº. 003/2008
EMPRESA: CURTUME COBRASIL LTDA.
CNPJ Nº. 07.228.182/0001-00
INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº 19.405.308-3
PROCESSOS Nº 20.185/2008 (SEDET)
DECRETO DE INCENTIVO FISCAL Nº 10.110/1999

O Presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Piauí cumprindo decisão do Plenário desse órgão deliberativo em reunião realizada em 24 de junho de 2008, propõe, a Sua Excelência o Governador do Estado do Piauí, a revisão do incentivo fiscal concedido à empresa CURTUME COBRASIL LTDA., recomendando a alteração do Decreto nº. 10.110, de 30 de julho de 1999, de modo a prorrogar o benefício por mais 10 (dez anos), com dispensa de 100% do imposto, tendo por base as mesmas condições de incentivo vigentes em 01.08.1999.

Teresina, 24 de junho de 2008.

Valério José de Carvalho
Presidente do CODEN

OF. 246

TERMO DE REVISÃO Nº. 004/2008
EMPRESA: INBRA PACK IND. BRASILEIRA DE EMBALAGENS LTDA.
CNPJ Nº. 03.703.960/0001-06
INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº 19.445.372-3
PROCESSO Nº 20.255/2008 (SEDET)
DECRETO DE INCENTIVO FISCAL Nº 10.348/2000

O Presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Piauí cumprindo decisão do Plenário desse órgão deliberativo em reunião realizada em 24 de junho de 2008, propõe, a Sua Excelência o Governador do Estado do Piauí, a revisão do incentivo fiscal concedido à empresa INBRA PACK IND. BRASILEIRA DE EMBALAGENS LTDA., recomendando a alteração do Decreto nº 10.348 de 19 de julho de 2000, de modo a prorrogar o benefício por mais 10 (dez anos), com dispensa de 100% do imposto, tendo por base as mesmas condições de incentivo vigentes em 01.08.2000.

Teresina, 24 de junho de 2008.

Valério José de Carvalho
Presidente do CODEN

OF. 247

COMUNICADO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO PIAUI torna público que recebeu da SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS – SEMAR, a Licença de Instalação - LI, para proceder a recuperação de uma estrada vicinal do povoado Embiratanha até a Estaca Zero na zona rural do Município. São Gonçalo, 24 de Junho de 2008

COMUNICADO

A ASSOCIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE GATO, torna público que recebeu da SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS – SEMAR, a Licença de Instalação – LI, Nº D000981/08 válida de 17/06/2010. Teresina, 24 de Junho de 2008.

P.P. 9456

LUCIMAR REBÊLO SAMPAIO – Posto Boa Vista I – CNPJ nº 06.590.459/0001-79. Torna Público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMAR, a renovação anual da LICENÇA DE OPERAÇÃO para Revenda de Combustíveis e seus Derivados.

P.P. 9457